

# Prodasen mostra a opinião pública ao parlamentar

RAIMUNDO COSTA

BRASÍLIA — O Parlamentar que ainda estiver em dúvida sobre o que a opinião pública espera da Assembleia Nacional Constituinte não precisará de muito esforço se quiser obter uma referência precisa. Bastará a ele procurar um dos quase 1 mil terminais do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) para descobrir, por exemplo, que a Reforma Agrária é a maior aspiração nacional.

O banco de dados que o Prodase montou para servir aos constituintes processou, até o final da semana passada, 30.141 de um total de 50 mil questionários enviados de todo o País ao projeto "Você também é Constituinte", desenvolvido pelo Senado com o apoio de entidades públicas e privadas, entre elas as Organizações Globo. Do total das sugestões recebidas, mais de 2.500

reclamam a Reforma Agrária.

Logo abaixo, no segundo lugar, mas num patamar bem abaixo, ficou o sistema educacional, seguido da política de emprego, da punição, seja à corrupção ou à violência urbana, e da questão dos salários. No mesmo patamar ficou a justiça social. A instituição da pena de morte ficou abaixo de questões como o ensino e o magistério.

O sistema empregado pelo Prodase considerou sugestões como política de emprego, política salarial, salário e salário mínimo como itens diferentes — foi extraído um percentual para cada item. Caso todos estivessem reunidos num mesmo grupo, o resultado da pesquisa seria alterado substancialmente, não só porque política de emprego e salário estão entre os cinco primeiros mais votados como também pelo fato de que salário mínimo (0,86 por cento) e política salarial (0,87 por cento) são temas bem cotados no patamar abaixo de um por cento.

Além de processar as sugestões, o Prodase também implantou o texto

de cada uma das 30.141 correspondências já trabalhadas — o órgão espera implantar as quase 20 mil restantes até o início efetivo dos trabalhos da Assembleia Constituinte, em março próximo.

Os fazendeiros daqui não dão valor a culturas, só pensam em gado e em plantar capim — diz, por exemplo, o lavrador Ildio Cassimiro Oliveira, num questionário despachado do distrito de Jerusalém, município de Inhapim, em Minas Gerais. "O que adianta dar terras, mas não dar condições mínimas para o agricultor trabalhar", escreve outro agricultor mineiro do município de Bela Vista.

Os 50 mil questionários até agora recebidos pelo Prodase representam 1 por cento dos 5 milhões distribuídos por todo o País. Apenas 36 temas conseguiram ultrapassar até o momento a marca de 0,50 por cento. O Estado que melhor reagiu à campanha foi São Paulo, de onde chegaram 4.663 questionários dos 30.141 já processados. Quem menos escreveu foi o Território do Amapá, com

apenas 18 correspondências. Já o número de correspondências postadas em Minas Gerais, 4.555, leva a crer que o Estado ainda poderá superar o número de São Paulo.

Há sugestões de todas as faixas de idade, renda e grau de instrução. Foram pessoas entre 30 e 39 anos (20,72 por cento); as que declararam não possuir nenhum rendimento (18,34 por cento); ou que ganham entre um e dois salários mínimos (16,72 por cento); e as que disseram possuir o Segundo Grau completo que compuseram a maioria das sugestões enviadas. Os homens também responderam melhor à pesquisa do que as mulheres: 67,83 por cento, contra 29,21 por cento. Foram as mulheres, por outro lado, que deram destaque a temas como o sistema educacional e a reforma de ensino, além, é claro, dos direitos da mulher, tema que os homens praticamente ignoraram (1,43 contra 0,20 por cento).

A Reforma Agrária é uma aspiração tanto da cidade como do campo, mas as reivindicações partidas

da Zona Rural suplantaram em muito as sugestões postadas na Zona Urbana: 3,68 contra 1,70 por cento — ainda assim, o maior entre os demais percentuais das cidades. O maior número de sugestões da Zona Urbana, depois da Reforma Agrária, refere-se ao sistema educacional.

— Na minha opinião, não adianta sermos a oitava economia mundial se não tivermos uma população educada — diz Marinélio Botelho Coelho, de Cariacica (ES).

Os parlamentares também receberam os questionários. O Deputado Ulysses Guimarães, com 1.213 referências, foi o que recebeu maior número de sugestões, 820 a mais que o segundo colocado, Deputado Pimenta da Veiga. O mais requisitado da oposição foi Paulo Maluf (PDS-SP). O assunto predileto dos que recorreram a Maluf foi a pena de morte (2,13 por cento), enquanto os que se endereçaram a Ulysses concentraram suas atenções também na Reforma Agrária: 2,25 por cento.

## Frente exige funcionamento do Congresso

BRASÍLIA — A bancada do PFL obteve ontem de Ulysses Guimarães o compromisso de presidir à instalação da Câmara dos Deputados, hoje, às 9 horas, como determina a Constituição em vigor. Contrária à posição da bancada do PMDB, que deseja suspender a eleição e os trabalhos da Câmara, a bancada do PFL exigiu que Ulysses se comprometesse a promover o funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte.

— Precisamos de seu compromisso de que o direito dos deputados eleitos será respeitado — disse o Deputado Eraldo Tinoco (PE), em discurso na reunião, sendo aplaudido pela bancada.

Em resposta, Ulysses disse que não deixará de cumprir o papel que a Constituição lhe impõe, com datas marcadas: presidir à instalação da Câmara e a sessão em que será eleita a Mesa Diretora. Foi aplaudido pelos liberais.

Eraldo Tinoco afirmou que a decisão do PMDB "deixou atônitos os deputados do PFL", que tiveram a sensação de que ela se baseou "no oportunismo eleitoral". Ele defendeu o funcionamento da Câmara e do Senado para legislarem ordinariamente, pois o partido não aceita que o Presidente legisle por decreto-lei.

Lúcio Alcântara (CE) cobrou de Ulysses a reformulação do Regimento Interno da Câmara, o restabelecimento das prerrogativas do Congresso e "o equilíbrio e a convivência tranquilos da Aliança Democrática".

No final da reunião, o Deputado Eraldo Tinoco entregou a Ulysses um projeto de resolução criando dispositivos transitórios para o funcionamento simultâneo da Câmara, Senado e Constituinte.

## Nos estudos da comissão Arinos, a referência para os Constituintes

HELENA CHAGAS

BRASÍLIA — Se os constituintes quiserem ter como referência para o início de seus trabalhos um projeto de Constituição articulado, terão que recorrer ao único documento acabado existente: um compêndio de 436 artigos, resultado de um ano de reuniões da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, nomeada pelo Governo. Apresenta forte conteúdo social e inovações na área política, através de um novo tipo de regime e princípios da ordem econômica que causaram polêmica entre os empresários.

Bastante criticado por políticos e setores da sociedade civil que não concordavam com a criação da comissão de 50 "notáveis", o projeto não chegará a ser enviado formalmente à Constituinte pelo Presidente José Sarney, que não deseja interferir na Assembleia. Mas é provável que já chegue por outras vias, já que políticos que antes o criticavam agora o estudam atentamente.

As razões para isso partem da constatação de que grande parte das críticas de meses atrás prendia-se a aspectos formais — por exemplo, a prolixidade do texto, que trata até do fim do vestíbulo. Após uma leitura atenta, contudo, é possível encontrar propostas aproveitáveis.

Um outro canal para levar as propostas dos notáveis ao Congresso Constituinte é o provável Presidente da Grande Comissão Constitucional, Senador Afonso Arinos, que presidiu a Comissão Provisória para Estudos Constitucionais e já deu muitas demonstrações de que considera seu projeto fundamental para as discussões da Assembleia.

A principal inovação do projeto no campo político-institucional é o estabelecimento de um regime misto de Parlamentarismo com Presidencialismo, semelhante ao francês, mas com características próprias. Batizado de "dualismo de complementaridade", deixa a administração e os planos de governo ao Presidente do Conselho de Ministros, uma espécie de Primeiro-Ministro.

O Presidente da República, no entanto, não seria apenas figura decorativa, como em outros tipos de Parlamentarismo. A ele cabe nomear — com aprovação da Câmara dos Deputados — ou exonerar o Presidente do Conselho; fica resguardado o seu direito de iniciar o processo legislativo. O Presidente é responsável pela unidade nacional e pelo livre exercício das instituições democráticas.

Propostas avançadas caracterizam os capítulos referentes aos direitos individuais e sociais. O Secretário Executivo da Comissão, Mauro Santayana, justifica a ênfase dada à questão como "um reflexo da angústia de alguns pensadores diante da grande carga de desigualdade que há no País", acrescentando que "historicamente, as elites do País sempre acreditaram que os direitos de cidadania são um privilégio delas".

Assim, são ampliados muitos artigos da atual Carta; ficará claro que ninguém será prejudicado ou



## Apontamentos revelam o que aconteceu de fato em 67 e 69

BRASÍLIA — Uma publicação patrocinada pelo Palácio do Planalto pode ajudar os 559 parlamentares que assumem hoje a tarefa de redigir uma nova Constituição a entender melhor a história daquilo que eles pretendem jogar na lata de lixo da história. São as notas taquigráficas das reuniões realizadas entre 14 de julho e 27 de agosto de 1969, pela Comissão de Alto nível criada pelo ex-Presidente Costa e Silva com o objetivo de elaborar uma Carta que substituisse a aprovada pelo Congresso em janeiro de 1967 — e ainda em vigor —, sob a inspiração do Governo do Marechal Castelo Branco.

Encadernadas em três volumes de capa azul, as notas revelam que Costa e Silva chegou a aprovar, na última reunião da Comissão, um anteprojeto de Constituição. Revelam ainda que ele não pretendia submeter o texto à apreciação do Congresso, como chegou a ser muito difundido na época, mas simplesmente decretar a nova Carta, recorrendo, para isso, "ao direito conferido pela Revolução". Segundo as palavras anotadas de Costa e Silva, a decretação do texto constituiria "um ato revolucionário". Mas, sobretudo, as notas revelam que entre o texto aprovado pela Comissão e a Emenda Constitucional nº 1, baixada em outubro seguinte pela Junta Militar que sucedeu Costa e Silva, não há diferenças substanciais.

Presidida pelo próprio Costa e Silva, a Comissão era integrada por juristas e autoridades: o Vice-Presidente Pedro Aleixo, os Ministros Gama e Silva, da Justiça, Rondon Pacheco, da Casa Civil, e Hélio Beltrão, do Planejamento, o ex-Ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva e os juristas Miguel Reale e Themistocles Cavalcanti. O ponto de partida foi um texto preparado por Pedro Aleixo. "São agora oito crânios a trabalhar e manipular esse projeto" — dizia Costa e Silva, na primeira reunião.

Na mesma sessão, ele fez ainda uma exposição sobre as razões que

levavam o Governo militar a pleitear uma nova Carta. Segundo ele, o projeto que o Marechal Castelo Branco enviara ao Congresso em janeiro de 1967, baseado num texto preparado por uma comissão que funcionou no Ministério da Justiça, sofrera "verdadeiras mutilações" que precisavam ser reparadas. As últimas páginas dos três volumes — até agora de circulação restrita aos ex-integrantes da Comissão e alguns juristas — publicam o anteprojeto aprovado na última reunião, no final de agosto.

As diferenças entre o que a Comissão aprovou e o que a Junta Militar aprovou resultam, na maioria, da redação do Chefe da Casa Civil do Governo Médici e Figueiredo e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Leito de Abreu. "Não foram alterações substanciais", diz, hoje, Leito de Abreu. O jurista Miguel Reale discorda. Segundo ele, a Carta proposta pela Comissão iria "encapsular o Ato Institucional nº 5", que acabou ratificado pela Emenda que a Junta decretou.

Acredita o Senador paranaense Afonso Camargo que um dos desafios da Constituinte será encontrar o ponto de equilíbrio para as relações dos três poderes da República. Leito de Abreu está de acordo. Foi a partir da Emenda 1 que, segundo ele, "hipertrofiou-se o Executivo em detrimento do Legislativo". E o dispositivo responsável maior por essa distorção, de acordo com Miguel Reale, foi o que deu ao Presidente da República o poder de reformar as estruturas dos serviços federais por decreto.

— Nunca vi isso. O Presidente é proibido de criar um cargo público, mas não é proibido de criar Ministérios à revelia do Congresso. E um dos entulhos constitucionais que ainda está em vigor, diz Miguel Reale.

O dispositivo a que Reale se refere é o Inciso V do Artigo 81 da Constituição e foi ali incrustado pelo ex-Ministro Hélio Beltrão, durante os trabalhos da Comissão. A intenção de Beltrão, na época, não era dar poderes ao Presidente para criar Ministérios, mas a de "reconhecer ao Executivo dispor sobre a estrutura da administração pública", a exemplo, aliás, do que já ocorria com os outros dois poderes, o Legislativo e o Judiciário. No entendimento do ex-Ministro, a possibilidade de o Congresso criar despesas para o Executivo "perturbava o aspecto salutar da administração". Manter o Executivo

senhor de suas próprias contas — acredita — é essencial, "do contrário você paralisa o País".

As reivindicações dos Constituintes, sobre uma divisão mais justa de poderes, na verdade, ultrapassam o inciso V do Artigo 81 da Constituição em vigor.

— E preciso uma definição clara do campo de ação dos três poderes — sustenta o Senador Guilherme Palmeira, Presidente licenciado do PFL. "Temos de fazer de fato o que é de direito: a descentralização", diz Afonso Camargo. Ou seja, isso implica também numa Reforma Tributária que dê mais força aos Estados e municípios. "Não será trazendo o poder para Brasília que se dará mais força para a cidadania", explica.

Muito embora figure entre as primeiras diretrizes do documento que formalizou a constituição da Aliança Democrática, a Constituinte não foi um tema que tenha apaixonado vivamente os políticos do PMDB e do PFL, no final de 1985. A "convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Carta" entrou na pauta da Aliança nos termos sugeridos por Tancredo Neves e depois disso não se falou mais do assunto. Por isso, o documento não diz o que ele pretende fazer com a Constituinte, e talvez por isso a Assembleia seja hoje uma coisa mais concreta na cabeça de juristas do que na dos parlamentares eleitos em novembro passado para realizá-la.

Leito de Abreu, por exemplo, acha que a Carta de 67 apresenta "uma parte permanente, que já consta da consciência jurídica nacional", como o capítulo da ordem política e social e a declaração dos direitos individuais.

— São conquistas que constituem um patrimônio do Direito Constitucional — diz ele, lembrando que apesar das modificações ocorridas com o tempo — a carta de 67 recebeu 27 emendas — algumas diretrizes permaneceram as mesmas.

O sistema representativo nacional é um exemplo. "O grande princípio da ordem jurídica é o da preservação", afirma. "Uma revisão em tudo o que é autoritário alcança mais do que a Emenda 1", sugere Hélio Beltrão. De fato, Mas foi sobretudo por causa da Emenda 1, "que abastarda a Constituição", que em 1971 o MDB desfraldou a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte que hoje se instala.

## Lyra garante que vai vencer com sobra de votos

BRASÍLIA — O Deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) demonstrou ontem absoluta confiança na prevalência de sua tese que prevê eleições para as Mesas da Câmara e do Senado com posterior recesso, chegando a revelar os números com que, garante, vencerá o Deputado Ulysses Guimarães na disputa pela Presidência da Câmara. Disse já ter no mínimo 250 votos, seis a mais do que a maioria absoluta necessária.

De acordo com os cálculos de Lyra, entre 170 e 180 deputados da Aliança Democrática votaram em seu nome para Presidente da Câmara. Nos pequenos partidos, que somam 109 votos, ele acredita que obterá a preferência de 80 a 90 deputados. Esses números dariam a ele uma vantagem entre 13 a 53 votos sobre seu adversário.

O ritmo de campanha de Fernando Lyra não se alterou em função da aprovação, pela bancada peemedebista, de moção eliminando as eleições na Câmara e no Senado. O deslize que cometeu na sexta-feira, quando acusou o Governador eleito da Bahia, Waldir Pires, de pressionar deputados para votarem em Ulysses, foi superado pela dinâmica dos fatos, segundo analisam deputados ligados a ele.

Além disso, a tese que defendeu desde o início de sua campanha é a imaginada pelo Líder do PMDB, Deputado Pimenta da Veiga, que, durante a reunião da bancada, anteontem, trabalhou pela sua aprovação. Prevalecendo essa ideia, Lyra ficaria fortalecido.

Uma das análises que se fazem entre os articuladores da campanha de Fernando Lyra é de que a tese dos deputados gaúchos, defendida de maneira idealista, foi utilizada de maneira pragmática pelo grupo de Ulysses, sem que as conseqüências fossem avaliadas em toda a sua extensão.

Somente hoje o grupo de Lyra conseguiu entender a mensagem embutida no discurso de Ulysses, feita na bancada. Ele não rebateu o argumento da inconstitucionalidade de sua reeleição, explicitado momentos antes por Lyra, por saber antecipadamente que a bancada aprovaria a suspensão das eleições das Mesas e do funcionamento das duas Casas.